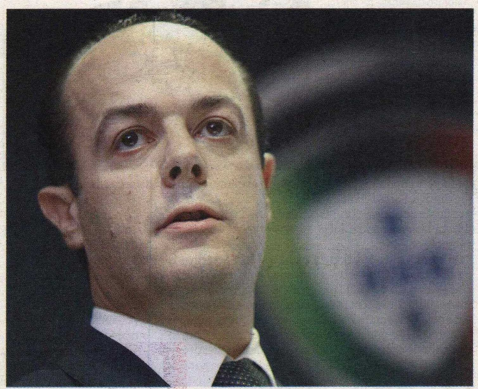
manchete

Jornal Notícias	Periodicidade:	Diário
	Classe:	Informação Geral
08-10-2022	Âmbito:	Nacional
	Pagina(s):	20

"F. C. P. é que dominava o mundo do futebol", diz antigo presidente da Liga

Mário Figueiredo acusa Porto Canal de ter omitido emails que mostram que eram os dragões e não o Benfica que, em 2014, controlavam modalidade



← **Mário Figueiredo presidiu à Liga de Futebol Profissional entre 2012 e 2014**

RICARDO JÚNIOR / GLOBAL IMAGENS

Inês Banha
ines.banha@jn.pt

JULGAMENTO O presidente da Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP) entre 2012 e 2014, Mário Figueiredo, acusou ontem, em tribunal, o Porto Canal de ter deturpado e omitido emails para demonstrar que o Benfica controlava, em 2017, o mundo do futebol. E defendeu que a estação tinha na sua posse mensagens que mostram que o domínio era do F. C. Porto.

Em causa está a divulgação em 22 episódios do programa Universo Porto de Bancada, entre 18 de abril de 2017 e 20 de fevereiro de 2018, de mensagens de correio eletrónico que terão sido retiradas ilicitamente do sistema informático do Benfica e remetidas anonimamente a Francisco J. Marques, diretor de comunicação do F. C. Porto e então comentador no formato.

Os emails terão sido, segundo o Ministério Público (MP), selecionados por Diogo Faria, atual diretor de conteúdos do Porto Canal. O alinhamento do programa seria do conhecimento do, à data, diretor-geral da estação, Júlio Magalhães.

Entre as mensagens então tornadas públicas, há duas remetidas, em 2014, por Mário Figueiredo a Luís Filipe Vieira, então presidente do Benfica, e Paulo Gonçalves, à data assessor jurídico da SAD do clube.

FEDERAÇÃO NA MIRA

"O programa selecionou as mensagens que pudessem demonstrar que o presidente [da LPFP] tinha alguma obediência ou subserviência ao Benfica. O que resulta das mensagens é precisamente o contrário, de que o F. C. Porto é que o dominava o mundo do futebol", frisou Mário Figueiredo, no julgamento de Francisco J. Marques, Diogo Faria e Júlio Magalhães, em Lisboa.

Arrolado como testemunha pelo MP, o antigo dirigente alega, por um lado, que os arguidos omitiram mensagens que mostram que Fernando Gomes, presidente da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) desde dezembro de 2011, só se candidatou a este organismo para defender os interesses do F. C. Porto, do qual fora dirigente. E, por outro, que as mensagens que trocou com elementos do Benfica foram descontextualizadas, nomeadamente quando diz a Luís Filipe Vieira que está do seu lado.

Segundo Mário Figueiredo, a garantia referia-se à guerra então em curso com a Olivedesportos pelos direitos de transmissão dos jogos dos clubes e não quanto ao processo da LPFP que pendia sobre o presidente do Benfica por declarações contra arbitragens. "Ele achava que estava a ser perseguido", desabafou.

A defesa dos arguidos não ficou convencida e lembrou que Fernando Gomes ainda vai depor no julgamento. ●

SABER MAIS

Ex-árbitro pediu para email ser apagado

Adão Mendes, antigo árbitro e ex-observador da Liga e da Federação de Futebol, pediu, num email que em 2014 remeteu a Pedro Guerra (à data diretor de conteúdos da Benfica TV), para que, depois de a ler, este apagasse a mensagem, na qual árbitros eram referidos como "padres" e jogos de futebol como "missas". Dizendo-se "espantado" por tal ser considerado um código, Adão Mendes explicou que a linguagem surgiu nos anos 1990, quando os juízes estavam proibidos de dizer, inclusive aos auxiliares, que jogo iriam arbitrar.

Autor de parecer é acionista do Benfica

O autor do parecer da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) que censurou a ação do Porto Canal admitiu, no julgamento, que é sócio e "acionista simbólico" do Benfica. Segundo o "Record" e o Porto Canal, o jurista reconheceu ainda que tem adereços das águias no seu escritório na ERC, nomeadamente cartazes. O parecer terá sido essencial para que o F. C. Porto tenha sido condenado a indemnizar o Benfica.

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.